



AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PERFIL E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL TERRITÓRIO PORTAL DA AMAZÔNIA

Alta Floresta, MT, dezembro de 2005.

Apoio:



Projeto Gestar
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Desenvolvimento Sustentável

Av. José Estevão Torquato, nº 999 • Jd Vitória • Cuiabá-MT • CEP:78055-100 • Fone/fax: (65) 3641-1550
Av. Ariosto da Riva, nº 3473 • Centro • Alta Floresta-MT • CEP: 78580-000 • Fone: (66) 3521-8555 • Fax: (66) 3521-7754
www.icv.org.br • icv@icv.org.br



Sumário

1. Introdução.....	4
2. Procedimentos adotados.....	4
3. Resultados da aplicação dos questionários.....	6
Aspectos quantitativos da pesquisa.....	6
Aspectos qualitativos da pesquisa.....	8
4. Consolidação dos resultados em termos de dificuldades, carências e potencialidades .	13
5. Considerações e encaminhamentos.....	15



Siglas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CEAAF – Conselho Executivo das Ações da Agricultura Familiar
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
GESTAR – Gestão Ambiental Rural
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PADEQ – Projeto de Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas
PADIC – Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias
PAs – Projetos de Assentamento
PDA/Padeq – Subprograma de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
ZEEP – Zoneamento Ecológico-Econômico Participativo



1. Introdução

Este estudo foi elaborado no âmbito do Projeto Gestar Portal da Amazônia, em sua primeira fase no ano de 2005. O objetivo do estudo foi levantar o perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e de seus conselheiros, identificando estratégias de funcionamento e colhendo elementos para os debates e elaboração de estratégias para o fortalecimento da gestão da agricultura familiar do território Portal da Amazônia.

Os conselhos nasceram no final dos anos 1980 como parte da política de descentralização da gestão pública dos governos federal e estaduais para os municipais. Eles são formados por representações/instituições de agricultores familiares, e por instituições que atuam nos municípios e devem ter pelo menos 50% de agricultores familiares em sua composição. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem por finalidade analisar e aprovar a política de desenvolvimento rural dos municípios, sugerir mudanças nas políticas municipais, estaduais e federais, e auxiliar no acompanhamento e fiscalização da boa aplicação dos recursos públicos.

Com o estudo, buscou-se avaliar de forma preliminar as deficiências, carências e potencialidades desses conselhos no território, fornecendo um quadro geral da atuação e articulação das organizações envolvidas com gestão ambiental e agricultura familiar. O trabalho foi realizado pelo Instituto Centro de Vida, com apoio do Instituto Ouro Verde.

2. Procedimentos adotados

As visitas ao CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – ocorreram no período de 04 de outubro a 15 de dezembro de 2006. Optou-se por realizar as visitas dentro do cronograma estabelecido pelo próprio CMDRS, garantindo um detalhamento na forma como ocorrem as reuniões nos municípios.

Tabela 1 - Cronograma de visitas aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Portal da Amazônia, 2005.

MUNICÍPIO	PRESIDENTE DO CMDRS	DATA DA REUNIÃO
Alta Floresta	Leocir José Dellaine	27/10/2005
Apiacás**	Luciano Duarte da Silva	03/12/2005
Carlinda	Paulo Di Filippo	21/10/2005
Colider*	Benedito Pereira Brito	-----



Guarantã do Norte*	Camilo Luiz Gemelli	-----
Marcelândia**	Antônio Vilela Andrade	07/11/2005
Matupá	Cecília C. Stafuzza	18/11/2005
Nova Bandeirantes	Ervir Garbin	28/10/2005
Nova Canaã do Norte	Leandro Kuffel	04/11/2005
Nova Guarita**	Gerri Marcos Cassol	05/12/2005
Nova Monte Verde	Adilson do Vale Lima	26/10/2005
Nova Santa Helena	Luiz Gonzaga	15/10/2005
Novo Mundo	Joaõ Ademir	04/10/2005
Paranaíta	Willians Antônio Gonçalves	11/11/2005
Peixoto de Azevedo	Roberto Royas	05/10/2005
Terra Nova do Norte	Lourival Lindner	07/11/2005

* Municípios não visitados por dificuldade no agendamento das reuniões.

** Municípios onde foram apenas aplicados os questionários.

As reuniões ocorreram com suas pautas específicas, às quais acompanhamos de forma participativa nas questões consultivas e, ao final, com a aplicação de dois instrumentos:

i) Ficha de Cadastro Geral do CMDRS, para preenchimento dos dados dos conselheiros, frequência das reuniões e nível de representatividade no CEAAF, bem como tipos dos documentos a serem disponibilizado para consulta (atas, estatuto/ regimento do conselho etc.).

ii) Questionário constituído de 22 questões destinado a delinear um perfil dos conselheiros no Território.

Os resultados descrevendo a inserção dos CMDRS nos municípios, bem como as suas deficiências e potencialidades, são sistematizados a seguir.

3. Resultados da aplicação dos questionários

Aspectos quantitativos da pesquisa

i) As reuniões ocorrem sempre em dias de semana pré-programados no mês (ex: na 1ª sexta-feira de cada mês), em virtude da difícil comunicação no meio rural. As reuniões são realizadas mensalmente em 80% do CMDRS, em outros lugares ocorrem somente quando se tem alguma necessidade de aprovar recursos específicos do Pronaf, chegando há ficar quatro meses sem reunir os membros do CMDRS.

ii) As reuniões acontecem em diferentes tipos de ambientes, como: Secretaria de Agricultura, escritório da Empaer, Câmara de Vereadores, etc., de acordo com a infra-estrutura existente no município.

iii) No perfil dos membros do CMDRS, há uma predominância de 95% do sexo masculino, sendo que 56% possuem entre 41 a 60 anos de idade e 56% residem na cidade. O nível de escolaridade é bastante distribuído, com uma maioria dos conselheiros (40%) tendo entre 9 e 12 anos de escolaridade (Gráfico 1).

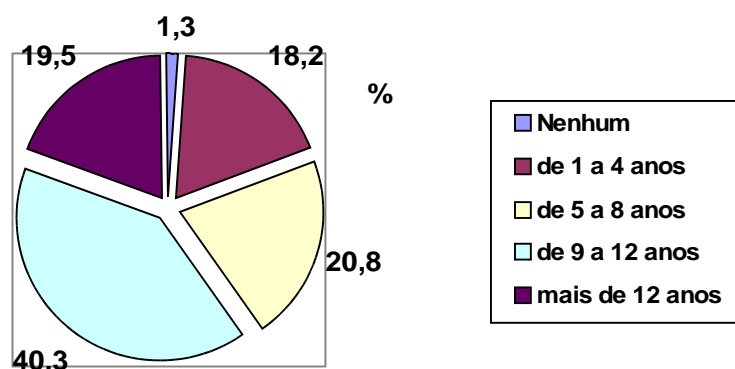


Gráfico 1 - Percentual dos membros dos CMDRS por anos de escolaridade, 2005.

iv) A composição dos membros no CMDRS tem a seguinte distribuição: 47% representam o segmento agricultor familiar ou produtor rural, o que está próximo da média nacional de 50% na composição já os funcionários públicos representam 30% e os demais são gestores públicos e profissionais liberais.

v) Atualmente, 80% dos conselhos têm como Presidente o Secretário Municipal de Agricultura, sendo que destes, 20% são técnicos da própria Secretaria de Agricultura; 10% são representantes da Empaer e 10% de Organizações Não Governamentais. Não foi constatada a ocorrência de um agricultor familiar como presidente do CMDRS.

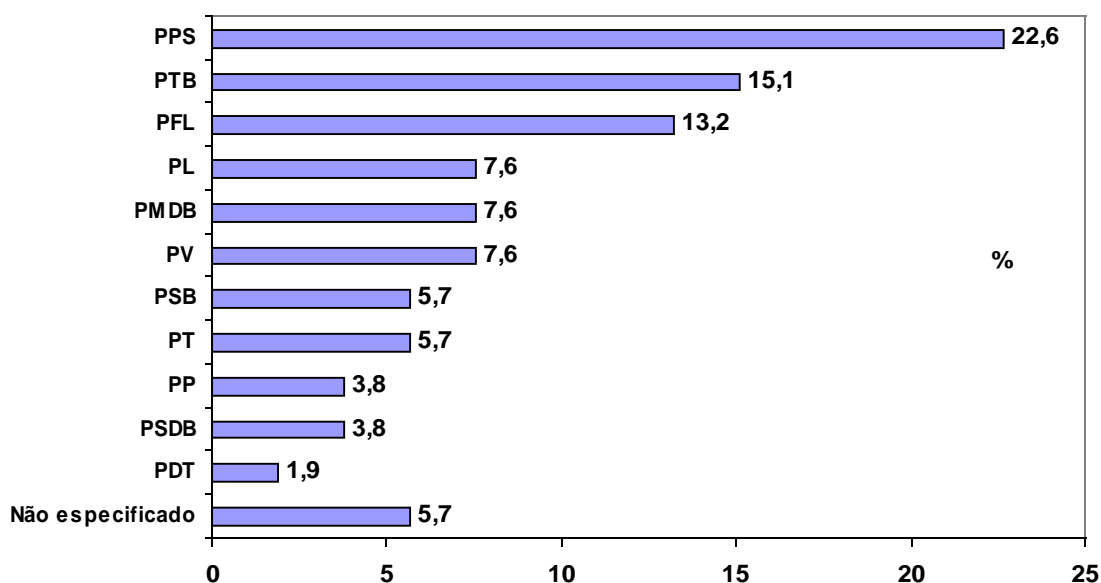
vi) Os membros dos conselhos afirmam possuir interesse pelas questões políticas dos seus municípios, sendo que após entrarem nos conselhos esse interesse cresceu de 66% para 88%,



demonstrando que a participação no CMDRS funcionam como fator motivador da participação no processo político de seu município.

vii) 71% dos conselheiros são filiados a algum partido político, sendo que os principais partidos representados são o PPS (23%), o PTB (15%) e o PFL (13%).

Gráfico 2 - Filiações partidárias dos conselheiros do CMDRS no Território Portal da Amazônia, 2005.



viii) A participação dos conselheiros em outros grupos sociais se distribui basicamente entre: Associações (38%), Cooperativas (21%), Grupos religiosos (24%) e de Lazer (6%).

ix) Em relação aos membros do CMDRS apresentarem os resultados e informações das reuniões em seus respectivos segmentos de base, a maioria dos conselheiros declaram comunicar.

x) A principal função do CMDRS, na percepção dos conselheiros, é de Propor projetos para serem implementados no município (34%), seguida de Fiscalizar os recursos (23%), Aprovar projetos (23%) e, por último, Avaliar os projetos.

xi) Há uma percepção de que os conselheiros influenciam nas políticas tanto em nível do CMDRS, quanto nas decisões políticas do município.

xii) O acesso dos conselheiros à informação sobre assuntos gerais e relevantes ao tema do desenvolvimento rural se faz principalmente através das rádios locais (24%) e jornais locais (21%), seguidos de outras mídias como rádios nacionais e jornais estaduais.



Aspectos qualitativos da pesquisa

A seguir são apresentadas as principais mudanças e dificuldades ocorridas como a implantação do CMDRS nos municípios do Território Portal da Amazônia, na opinião dos conselheiros.

Tabela 2 - Principais Mudanças ocorridas com a implantação dos CMDRS e Dificuldades enfrentadas, na opinião de cada conselheiro que respondeu ao questionário, em 2005.

Mudanças após a implantação do CMDRS	Principais dificuldades enfrentadas
<i>Muitos projetos Pronafs foram contemplados nas associações</i>	<i>A participação e compreensão de muitos representantes</i>
<i>O conselho de Terra Nova do Norte é um dos mais antigos do estado, com vários projetos executados: central de inseminação, equipamentos agrícolas, agroindústrias.</i>	<i>Falta de interesse, por parte das comunidades, escolha de seus membros, falta em reuniões, sem objetivos concretos.</i>
<i>Projeto Padic, Pronaf infra-estrutura.</i>	<i>Falta apoio por parte das administrações</i>
<i>Implantações de várias obras que não estão sendo tocadas para frente.</i>	<i>Que os conselheiros tenham noção de suas funções.</i>
<i>Benefício aos pequenos produtores rurais.</i>	<i>Administrar os benefícios.</i>
<i>Está um pouco a desejar. Pretende-se fazer mudanças para o bem da população</i>	<i>Um pouco de tudo, o que uma gestão projeta, na outra gestão muda.</i>
<i>Não houve mudança o conselho municipal está cada vez pior.</i>	<i>É a falta de participação das associações no conselho.</i>
<i>Aquisição de patrulha mecanizada, projeto Padic, etc.</i>	<i>Falta capacidade e visão dos conselheiros, principalmente representantes das associações do interior.</i>
<i>Aprovação dos Pronafs.</i>	<i>Principalmente a questão de reunião porque moro longe, no assentamento.</i>
<i>Organização, união e participação.</i>	<i>Levar a sério as propostas no conselho através de reunião e transmiti-las ao povo.</i>
<i>Implantação de novos créditos como: Pronaf, Aprovação de projetos coletivos como patrulha mecanizada, feira livre e outros.</i>	<i>Reunir os conselheiros, pela falta de recurso nem sempre os produtores participam.</i>
<i>Melhor organização.</i>	<i>Não sei.</i>



Mudanças após a implantação do CMDRS	Principais dificuldades enfrentadas
<i>Inclusão de famílias nos projetos, Atendimentos de agricultores familiares que se enquadram dentro dos critérios do PNRA.</i>	<i>Permanência de membros, Falta recurso para deslocamento e ausência de membros do conselho em reuniões.</i>
<i>Melhoria no desenvolvimento econômico, e agricultura sustentável, agropecuária e mais atenção aos assentamentos.</i>	<i>Motivação, transporte e distância.</i>
<i>Melhoria nas aplicações dos recursos.</i>	<i>Nenhuma.</i>
<i>Compra de máquina.</i>	<i>Locomoção.</i>
<i>Discussão sobre Pronaf mais aberta.</i>	<i>Difícil participar das reuniões por conta da distância.</i>
<i>Principalmente os Pronafiados, estão super satisfeitos com a atuação do conselho, segurança e responsabilidade.</i>	<i>Transporte até a sede pois a maioria é do interior, com até 70 km e ainda tem custo com balsa, combustível e alimentação.</i>
<i>Melhoramento no leite, na agricultura e financiamentos.</i>	<i>Mais recurso.</i>
<i>Conhecimento das normas de financiamento poder de decisão do conselho nas atividades que tenha.</i>	<i>A distância da sede do município para alguns conselheiros.</i>
<i>Aquisição de tratores para mecanização construção da feira livre do produtor.</i>	<i>O deslocamento até a sede.</i>
<i>Trabalho de mecanização agrícola.</i>	<i>Meio de transporte para as locomoções.</i>
<i>Não houve mudanças.</i>	<i>Mais participação dos políticos e dos órgãos públicos.</i>
<i>---</i>	<i>Distância de algumas propriedades, e falta de recurso.</i>
<i>Não houve mudança.</i>	<i>Analisar de uma forma coletiva, cronograma de estudo de todo setor.</i>
<i>Sempre procuramos colocar os projetos...</i>	<i>É verificar as pessoas que moram nos assentamentos, porque eles não aceitam as leis e querem fazer do jeito deles.</i>
<i>---</i>	<i>A falta de verba para o mesmo.</i>
<i>Andamento em projetos de fruticultura.</i>	<i>---</i>



Mudanças após a implantação do CMDRS	Principais dificuldades enfrentadas
<i>Decisões são tomadas em grupo.</i>	<i>Dificuldade de locomoção dos membros e produtores.</i>
<i>No início uma maior organização dos produtores, hoje não é a mesma situação.</i>	<i>Não tem consistência, um período tem reunião outro não.</i>
<i>Na gestão anterior tinha muita picaretagem, obrigando os beneficiados a comprarem de fulanos.</i>	<i>Atraso dos recursos nos tempos apropriados, linhas de créditos, negociação de dívida FCO do café trava a agricultura.</i>
<i>Maior informação, orientação, conhecimento na aplicação dos recursos.</i>	<i>Por não ser remunerado, os produtores que moram longe do município não tem como se locomover.</i>
<i>Mais valor para o produtor rural.</i>	<i>Falta de recurso para a agricultura.</i>
<i>Hoje tem várias consultas a financiamentos.</i>	---
<i>Uma participação mais ativa dos produtores rurais em projetos, reuniões técnicas e interesse no desenvolvimento rural.</i>	<i>O quadro de funcionários é bem restrito, o que dificulta um avaliação mais ampla das necessidades locais da região.</i>
<i>Para aprovar qualquer recurso, o conselho sempre se reúne para aprovação.</i>	---
<i>Aprovação dos Pronafs, investimento dos Pronaf infra-estrutura.</i>	<i>Muita burocracia dos órgão federais e estaduais.</i>
<i>Mobilização para o desenvolvimento.</i>	<i>Falta de união dos produtores.</i>
<i>Até o momento não apresentou mudanças pelo fato de estar tomando os primeiros passos para colocar em prática as culturas diversificadas escolhidas pelo povo.</i>	<i>Falta harmonia entre parte dos membros, preparar mudas vegetais e encontrar interessados em montar laticínio.</i>
---	<i>Maior participação dos membros.</i>
<i>Diversificação da agricultura familiar. Distribuição de mudas e sementes.</i>	<i>Falta de plano de trabalho, falta de compromisso dos conselheiros.</i>
<i>Diversificar com mudas e sementes.</i>	<i>Falta mais empenho no trabalho e mais participação.</i>
<i>A cidade ficou mais limpa, os pequenos produtores estão tendo prioridade e foi feito estradas.</i>	<i>Distância dos conselheiros, pouco poder econômico e organização. (gestão anterior)</i>



Mudanças após a implantação do CMDRS	Principais dificuldades enfrentadas
<i>Melhor organização, pois antes era absurdo, já podemos contar com vários técnicos para nos ajudar e temos até prestação de contas.</i>	<i>Transparência das pessoas que estão no poder e a distância gera muito gasto e somos pobres.</i>
---	<i>A grande extensão do município dificulta a implantação da agricultura familiar.</i>
<i>Melhorou a gestão da secretaria de agricultura.</i>	---
<i>Cuidado com os rios, menos lixo na cidade, interesse em plantas para reflorestamento, etc.</i>	<i>Estrutura física para prefeitura: carro, dinheiro, falta de estradas.</i>
<i>Coerência na adoção de novas políticas.</i>	<i>Apoio político municipal.</i>
<i>Não sei, participo pela primeira vez.</i>	---
---	<i>Difícil reunir o conselho.</i>
<i>Maior interesse e disposição em discutir e propor ações, tomando-se a iniciativa ao invés de se esperar a iniciativa do poder público.</i>	<i>A pouca experiência histórica que temos em gestão participativa.</i>
<i>Melhoria na agricultura, e incentivo no Projeto Vida Nova.</i>	<i>Falta apoio político.</i>
<i>Houve mais conscientização melhor distribuição dos recursos, etc.</i>	<i>Mas recursos e aprovação de mais projeto por parte do governo.</i>
<i>Trabalhos realizados, direcionando as necessidades individuais e coletivas dos produtores municipais.</i>	<i>Entraves políticos, captação de recurso e disponibilidade de tempo dos conselheiros atuarem nos projetos.</i>
<i>Agricultores e representantes de órgãos trabalhando para se organizarem e defenderem seus interesses.</i>	---
<i>Aprovar os projetos de grande validade.</i>	<i>Reuniões mensais.</i>
<i>Criação de associação, mais acompanhamento da agricultura.</i>	<i>Precisa mais agilidade nos assuntos discutidos no conselho.</i>
<i>Mais confiança dos trabalhadores rurais.</i>	<i>Falta de recurso.</i>
<i>Há mais incentivo para o pequeno produtor.</i>	<i>Muitas vezes falta recurso financeiro para se desenvolver um melhor trabalho.</i>
<i>As decisões são tomadas pela maioria dos conselheiros.</i>	<i>Fazer os produtores acreditarem nas decisões do conselho.</i>



Mudanças após a implantação do CMDRS	Principais dificuldades enfrentadas
<i>Uma avaliação diferenciada.</i>	<i>Interesse de participação do conselho.</i>
<i>Nas discussões de decisões existe o espírito de cooperação.</i>	<i>Deveria existir um recurso específico para custear as despesas de seus membros em viagens de trabalho.</i>
<i>Melhor distribuição do recurso junto aos órgãos públicos.</i>	<i>Aquisição de recurso junto aos órgãos públicos para acompanhar os produtores na aplicação de projetos.</i>
<i>Projetos são discutidos e aprovados.</i>	<i>Falta recurso para os conselheiros se capacitarem e se inteirarem dos projetos e recurso para a aplicação dos mesmos.</i>
---	<i>Meio de locomoção.</i>
<i>Maior envolvimento das instituições nas decisões.</i>	<i>Tempo para acompanhar o desenvolvimento dos projetos.</i>
<i>A aprovação de projetos de Pronafs para o assentamento Bom Jaguar.</i>	<i>Que as reivindicações feitas pelos mesmo órgão público tenham resposta e ação mais rápida.</i>
<i>Facilita liberação de projetos e a comunicação com outras entidades.</i>	---
<i>Poucas mudanças.</i>	<i>Falta espaço físico.</i>
---	<i>Falta apoio adequado do executivo municipal.</i>
<i>Aprovado com seriedade e honestidade.</i>	<i>Falta vistoria financeira.</i>
<i>Nenhuma.</i>	<i>Falta apoio na área técnica/operacional financeira.</i>
<i>Não houve mudança.</i>	<i>Desconhecimento.</i>
---	<i>Falta recurso.</i>
<i>Não houve mudança.</i>	<i>Falta um lugar adequado para as reuniões, e apoio do executivo municipal.</i>
<i>Não houve mudança.</i>	<i>Falta recurso para o conselho.</i>
<i>Houve um desenvolvimento maior na questão de viabilização de recursos para a agricultura familiar.</i>	<i>A disponibilidade de recurso, maior apoio das autoridades competentes.</i>



Mudanças após a implantação do CMDRS	Principais dificuldades enfrentadas
---	<i>A ignorância do poder público, os dirigentes querem receber salário, só pensam no salário e não se preocupam com os produtores.</i>
<i>Conscientização dos participantes, precisa da participação mais efetiva dos produtores.</i>	<i>Falta participação dos produtores.</i>
<i>A participação da comunidade, mais transparência na aplicação dos recursos públicos.</i>	<i>A dificuldade de participação dos assentados devido à falta de transporte e distância muito grande dos assentamentos até a sede do município.</i>
<i>Melhoria das aplicações dos recursos dos projetos Pronaf.</i>	<i>Distância e recurso.</i>
---	<i>Participação política, quebra os interesse particulares.</i>
<i>Potencializar as ações estaduais e municipais.</i>	<i>Equipamentos e treinamento.</i>
<i>Mais assistência técnica para agricultor e mais agilidade na aprovação do Pronaf.</i>	<i>Falta entrosamento entre os conselheiros.</i>

4. Consolidação dos resultados em termos de dificuldades, carências e potencialidades

A tabela a seguir apresenta as dificuldades, carências e potencialidades das instituições do território, com base na análise preliminar dos CMDRS.

Tabela 3 - Deficiências, Carências e Potencialidades dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Portal da Amazônia, 2005.

Deficiências	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação das ações do CMDRS em recursos oriundos do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF, sendo que alguns conselhos são formados apenas em função da exigência legal para obtenção desses recursos. • Ocorrência de direcionamentos equivocados no
--------------	---



	<p>rumo da agricultura familiar no atual modelo de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural e PRONAF, onde agentes externos induzem as diretrizes a serem apoiadas, por vezes de forma desarticulada da real vocação da política de agricultura familiar preconizada pelo MDA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nesse aspecto, os conselhos possuem um caráter consultivo e atuam principalmente na aprovação dos projetos, faltando na maioria dos casos a dimensão da gestão. • Processo de decisão muitas vezes pouco participativo, envolvendo relações de poder pré-estabelecidas entre técnicos e agricultores. • Participação esporádica de conselheiro de algumas instituições com atuação “indireta” na agricultura familiar. • Falta de acesso à informação e/ou de comunicação sobre as ações do Território (CEAAF, Gestar): a maioria dos CMDRS ainda precisam definir o seu representante no CEAAF. • Necessidade dos CMDRS se articularem com outros conselhos municipais na busca do desenvolvimento local.
Carências	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na locomoção e alimentação dos conselheiros do meio rural para participarem nas reuniões. • Baixíssima participação das mulheres nos CMDRS • Necessidade de uma formação aos representantes dos agricultores incentivando uma participação mais pró-ativa e efetiva nos assuntos discutidos.
Potencialidades	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência e tempo de participação dos membros do CMDRS: 50% atuam há mais de 02 anos, dos quais 33% há 05 anos ou mais. • Diversidade e representatividade na composição dos conselhos: as associações dos agricultores predominam, com 27% de participação, 24% são membros das prefeituras, 10% da Empaer e 9,5% dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. • Participação dos membros dos CMDRS em outros



	conselhos do município: 73% dos membros dos CMDRS são participantes em outros conselhos do município, dando uma média de participação em 2,15 conselhos.
--	--

5. Considerações e encaminhamentos

A maioria das deficiências e carências nos CMDRS são estruturais e precisam ser trabalhadas em nível de políticas públicas de desenvolvimento rural, além da abordagem de mobilização e capacitação local.

Em boa parte dos casos, os conselheiros consideraram a visita de campo do Gestar como uma novidade no processo, mesmo aqueles que já tinham uma participação territorial através do CEAAF e das ações do Gestar, pois não é habitual a participação de outras instancias "externas" ao município. O grau de satisfação pela participação do Gestar nas reuniões foi demonstrado pelo agradecimento e disposição dos Conselhos para novas visitas.

Em relação aos assuntos territoriais, foi percebido que alguns CMDRS possuem um certo nível de informações acerca das ações desenvolvidas no Território, e para estes, essas informações passam a se constituir em pautas permanentes nos próprios conselhos. Isso se dá ainda mais claramente nos casos em que membros do conselho também participam no CEAAF.

Como encaminhamento final, este trabalho será disponibilizado aos diferentes agentes de formação da agricultura familiar (articulador territorial, consultores e técnicos da SDT que desenvolvem atividades no Território e Membros do CEAAF), funcionando como "retrato" dos CMDRS, assim como aos próprios conselhos, como retorno da pesquisa e demonstração de como estão os demais conselhos no Território.